



# XIV Encontro Nacional da ANPUR

23 a 27 · maio · 2011 · Rio de Janeiro

---

XIV ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR

Maio de 2011

Rio de Janeiro - RJ - Brasil

---

EXPLORANDO O EFEITO-TERRITÓRIO

**Luciana Teixeira de Andrade** (PUC-MG) - landrade@pucminas.br

*Doutora em sociologia, professora do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da PUC Minas.*

**Leonardo Souza Silveira** (PUC-MG) - lssilveira@ymail.com

*Graduando em Ciências Sociais*

## EXPLORANDO O EFEITO-TERRITÓRIO

### Resumo

O presente artigo tem como foco discutir o *efeito-território* sobre a convivência entre populações socialmente distantes a partir de uma pesquisa realizada em uma favela de Belo Horizonte: o Aglomerado da Serra, que passa atualmente por um processo de urbanização, e que tem como vizinhança bairros de média e alta *rendas*. Por meio desse caso, pretendemos levantar as principais questões acerca do tema e investigar se essa proximidade pode propiciar efeitos positivos ou negativos a essa população e a natureza da sociabilidade entre eles. Para isso, o artigo se divide em três partes, além de uma introdução e da conclusão. Na primeira, é apresentado o território da favela e sua vizinhança na cidade de Belo Horizonte e o seu programa de urbanização. Na segunda, são mostradas as discussões acerca do *efeito-território* e seus mecanismos e, na terceira, algumas considerações sobre esse efeito, via trabalho de campo realizado durante a pesquisa.

## EXPLORANDO O EFEITO-TERRITÓRIO

Os efeitos da proximidade física entre populações socioeconomicamente distantes já foram analisados pelas ciências sociais em perspectivas aparentemente contraditórias. Simmel (2005), por exemplo, vê nessa proximidade um fator produtor de conflito. Outros veem nessa proximidade uma fonte de capital social para os menos privilegiados, em oposição às situações socialmente mais perversas, como as de isolamento social. Para estes, a concentração de uma população homogeneamente pobre em um território pode resultar na reprodução da pobreza na medida em que a priva da exposição a experiências bem-sucedidas de outros grupos sociais, limitando os seus horizontes às experiências sociais locais de modelos de conduta pouco exitosos e de muitas privações (KAZTMAN, 2001).

Tendo como uma das principais referências o clássico trabalho de Wilson (1990) sobre o isolamento dos pobres urbanos em metrópoles norte-americanas, os efeitos da territorialidade já foram objetos de vários estudos em diferentes situações, nem sempre resultando em consensos. Small e Newman (2001) recuperaram muitos desses estudos norte-americanos que tiveram como inspiração o trabalho de Wilson (1990), relacionando a temática do isolamento/ proximidade espacial a outras variáveis, como estrutura familiar e cultura. Mais adiante, retomaremos as questões apresentadas por esses autores.

Atualmente, as grandes cidades brasileiras convivem com diferentes escalas de segregação socioespacial. Num plano macro, observa-se a manutenção do tradicional modelo centro-periferia, que concentra nas periferias a maioria dos pobres e, nas áreas mais centrais, os grupos de média e alta rendas. Nesses casos, a distância física naturaliza a distância social, como se cada grupo estivesse no seu *devido lugar*, e o conflito é assim minimizado. No entanto, esse modelo de segregação convive em algumas cidades brasileiras com a presença de favelas nas áreas centrais e, mais recentemente, dos condomínios nas áreas periféricas. Ambos aproximam fisicamente diferentes grupos sociais, mas as suas relações são marcadas por inúmeros identificadores de distância social. Nesses casos, as consequências têm sido o fortalecimento das fronteiras territoriais, seja por elementos físicos, como os muros dos condomínios, seja pela identificação de marcadores entre os próprios habitantes dessas localidades. Nos territórios heterogêneos em que convivem favela e bairros de estratos médios e altos, as fronteiras são mais evidentes uma vez que a urbanização das ruas e a arquitetura das casas separam de forma bastante clara os territórios. Em espaços socialmente homogêneos, as fronteiras são mais sutis, necessitando de elementos compartilhados para a sua identificação, que podem ser,

por exemplo, uma rua, um bar, uma praça. Assim, o território é identificado, de um lado, como favela e, de outro, como bairro.

Retomando as duas dimensões da segregação socioespacial presentes nas cidades brasileiras, no primeiro caso, temos o exemplo clássico do isolamento dos pobres e dos custos que lhe são decorrentes, seja em termos de deslocamentos para as áreas que concentram os postos de trabalho e numerosos serviços, seja no distanciamento em relação à convivência com outros grupos sociais. Nos outros dois casos temos a proximidade tensa de grupos muito diferentes. Daí a necessidade de uma boa delimitação das fronteiras. Nos condomínios isso tem sido feito de forma explícita com a colocação de muros, cercas e cancelas que limitam o acesso livre apenas aos moradores. Todos os outros precisam ser identificados. Por ser um espaço muito homogêneo, os únicos grupos sociais diferentes no interior dos condomínios são os empregados domésticos e, por isso mesmo, facilmente identificados, seja pelo aspecto físico, por circularem a pé ou pelo uso do transporte coletivo. Já nos casos das favelas, as fronteiras não são tão explícitas como nos condomínios, ainda que alguns elementos físicos sejam utilizados como marcadores dos territórios, como já exemplificado. Em geral, os moradores do bairro não frequentam a favela a não ser em situações muito esporádicas; já os moradores da favela circulam pelos bairros diariamente. Isso ocorre uma vez que a situação mais comum é que as favelas das áreas centrais estejam incrustadas em morros ou áreas de difícil acesso, sendo o bairro um caminho necessário para seus moradores chegarem a outras partes da cidade, assim como terem acesso a determinados serviços nem sempre presentes no interior das favelas.

Nesses casos, o contato é inevitável e carregado de tensão que exige alguns identificadores de classe social. Os recentes processos de segmentação social e o crescimento da violência urbana diminuem e/ou tensionam ainda mais esses contatos. No primeiro caso, a segmentação dos serviços de educação, saúde, transporte entre outros, entre públicos e privados, reforça a distância social na medida em que limita os contatos sociais entre os diferentes. Já a violência urbana acirra as diferenças e, conseqüentemente, aumenta as distâncias sociais ao criar uma cultura do medo e incentivar a construção de estereótipos sobre os criminosos, criminalizando os mais pobres e incentivando nos grupos médios e altos um comportamento defensivo e segregacionista.

Conduzido por essas primeiras reflexões, o presente artigo tem como foco discutir o *efeito-território* sobre a convivência entre populações socialmente distantes a partir de uma pesquisa realizada em uma favela de Belo Horizonte: o Aglomerado da Serra, que passa atualmente por um processo de urbanização e tem como vizinhança, bairros de média e alta rendas. Por meio desse caso, pretendemos levantar as principais questões acerca do tema e investigar se essa proximidade pode propiciar efeitos positivos ou negativos à população favelada e à natureza da sociabilidade entre esses dois grupos. Para isso, o artigo se divide

em três partes, além desta introdução e da conclusão. Na primeira, é apresentado o território da favela e sua vizinhança em Belo Horizonte, assim como o programa de urbanização. São apresentadas, na segunda, as discussões acerca do *efeito-território* e seus mecanismos e, na terceira, algumas avaliações sobre esse efeito, via trabalho de campo realizado durante a pesquisa.

## **O Aglomerado da Serra e o Vila Viva**

As vilas e favelas de Belo Horizonte, cerca de 177, abrigam atualmente 369.857 habitantes, em 95.835 domicílios<sup>i</sup>, com densidade de 3,86 habitantes por domicílio - número pouco superior à média municipal, de 3,5 (CALDAS; MENDONÇA; CARMO, 2008). O Aglomerado da Serra<sup>ii</sup> é o maior conjunto de vilas de Belo Horizonte, com aproximadamente 46 mil habitantes, número superior à maioria dos municípios de Minas Gerais (URBEL, 2000). Localizado na região Centro-Sul da cidade, faz fronteira com bairros consolidados, com populações de média e alta rendas, como Serra, Santa Efigênia, Paraíso, São Lucas, Novo São Lucas e Mangabeiras e, também, com espaços de preservação natural, como a mata do Hospital da Baleia e o Parque das Mangabeiras, além do município de Nova Lima no limite sudeste da capital.

A ocupação do Aglomerado da Serra teve início a partir da década de 1920, sendo a vila Nossa Senhora da Conceição a mais antiga, enquanto a vila Novo São Lucas começou a ser ocupada apenas na década de 1990. Entre 1991 e 2000, a taxa anual de crescimento populacional do Aglomerado foi ligeiramente superior à do Município, de 1,4% e 1,1%, respectivamente, e ambas superiores a da região Centro-Sul, que foi de apenas 0,4%. O crescimento no número de domicílios no Aglomerado foi igual ao da média municipal, 2,8% ao ano, enquanto, na região, foi de 1,1%. Por último, a densidade populacional no Aglomerado caiu de 4,6 habitantes por domicílios, em 1991, para 4,0, em 2000 (com variação de -11,3%); a capital passou de 4,0 para 3,5 (-11,7%); e a região, de 3,5 para 3,1 (-12%) (CALDAS; MENDONÇA; CARMO, 2008). O que se observa com tais dados é o crescimento superior do Aglomerado em relação ao Município, e bem superior ao observado na região Centro-Sul, que concentra os grupos de mais alta renda.

O Aglomerado apresenta problemas inerentes à maioria das favelas brasileiras, como a acessibilidade viária precária, sistema de limpeza urbana e rede de esgoto que não abrangem todo o território, além do adensamento devido à verticalização das construções<sup>iii</sup>. Um dos problemas decorrentes da forma de ocupação das favelas é a falta de urbanização de suas vias, resultando em um sistema de transporte público ineficiente. Apesar de nove linhas de ônibus atenderem os bairros vizinhos, apenas uma percorre o território das vilas. Outro problema presente no Aglomerado é o sistema de esgoto sanitário também deficiente,

sendo caracterizado como um *misto* de redes convencionais e clandestinas, que se danificam facilmente resultando em dejetos a céu aberto, facilitando a proliferação de doenças e a reprodução de roedores e insetos (URBEL, 2000, p.124).

Esses problemas foram diagnosticados pela Prefeitura de Belo Horizonte por meio de um estudo detalhado do local, o PGE<sup>iv</sup> (URBEL, 2000). A partir desse diagnóstico, a Urbel (Companhia Urbanizadora de Minas Gerais) iniciou um programa de intervenções para *urbanização e reurbanização*<sup>v</sup> do Aglomerado, denominado Programa Vila Viva. Esse programa tem como objetivo a melhoria das condições de saúde, habitação, lazer e segurança da população residente no Aglomerado, por meio de obras de urbanização de becos e ruas, incluindo pavimentação, drenagem e esgoto. Em relação à habitação, alguns moradores serão remanejados para a execução das obras como a abertura de ruas ou porque estão em áreas de risco geológico. Esses moradores têm a opção da indenização ou da reinstalação nos apartamentos construídos pelo Programa, em áreas dentro dos limites do próprio Aglomerado. A indenização não é muito atrativa, uma vez que cobre apenas o valor das benfeitorias. O terreno, uma vez considerado público, não entra no cálculo da indenização. Para os moradores que optem pela mudança para os apartamentos, estão sendo construídos 816 apartamentos de dois e três quartos, em prédios de quatro andares, dos quais, 684 unidades foram entregues até setembro de 2010<sup>vi</sup>. Posteriormente, haverá o processo de regularização fundiária para os moradores que permanecerem em suas moradias.

Devido à sua vizinhança, o Aglomerado da Serra pode ser considerado um enclave urbano em função do seu contraste com os bairros do entorno, tradicionalmente ocupados por uma população de alta renda como Serra e Mangabeiras, ou pela classe média, como Santa Efigênia, São Lucas e Novo São Lucas. Um exemplo do alto rendimento dos domicílios desses bairros vizinhos é o Mangabeiras que, em 2002, apresentava mais de 70% dos domicílios com renda superior a 20 salários mínimos. Os bairros Novo São Lucas e Serra registraram 18,7% e 24% dos domicílios, respectivamente, acima de tal faixa de renda. Já no Aglomerado, 66,6% dos domicílios têm rendimentos inferiores a três salários, sendo que a faixa de renda com maior concentração é entre um e dois salários, com 35,5% (FJP, 2007).

Tais características incrementam as discussões acerca dos territórios e sobre a sua relevância na reprodução ou afirmação de características sociais de um dado grupo ou população. Bourdieu (2008) atribui ao território o que ele chamou de *efeitos de lugar* – uma espécie de simbolização imposta pela população ali residente. Segundo o autor, os agentes sociais, ao se apropriarem dos espaços, imprimem-lhes suas características sociais, as quais variam em relação a maior ou menor posse de capital (social, simbólico, econômico) por parte de seus habitantes. Assim, não existem, em uma sociedade hierarquizada,

espaços que não exprimam suas hierarquias e suas distâncias sociais. Tais características do espaço social são encaradas como dadas pela natureza das coisas e criam-se fronteiras que são percebidas quase como se fossem naturais. Objetivados, tais espaços tendem a se sobrepor enquanto estruturas mentais, que se reproduzem “[...] nos espíritos e na linguagem sob a forma de oposições constitutivas de um princípio de visão e divisão” (BOURDIEU, 2008, p.162).

Assim como expresso por Bourdieu (2008), as diferenças entre territórios são internalizadas pelos atores e incorporadas nas falas e nas práticas cotidianas, por meio de algumas dicotomias tais como *favela/bairro*, *asfalto/morro*, *centro/periferia* entre outras, e perpassam por ideias como *legalidade/ilegalidade* ou *formalidade/informalidade* (PICCOLO, 2006; ROSA, 2009). Segundo Bourdieu (2008, p.161), essas dicotomias tendem a se acentuarem onde há proximidade entre “[...] lugares de densa concentração de propriedades positivas ou negativas (estigmas)”.

### **Efeito-território?**

Os efeitos causados pelas territorialidades e pelas suas redes receberam as denominações de *neighborhood effects* (ELLEN e TURNER, 1997), *efecto vicindário* (KAZTMAN e FILGUEIRA, 2006), *effets territoire* (BIDOU-ZACHARIASEN, 1996) e, no Brasil, *efeito-vizinhança* ou *efeito-território* (SANT’ANNA, 2009; RIBEIRO, 2008). Nestes, e nos demais estudos que têm o território como uma hipótese de pesquisa, o foco da investigação são as formas de sociabilidade e as relações institucionais que se desenvolvem em um determinado espaço e as suas possíveis relações causais. De onde se depreende que os efeitos podem ser tanto positivos ou negativos, podem promover a mobilidade social, quanto dificultá-la, pode ser um ativo ou um passivo.

Alguns exemplos de investigações sobre o efeito-território no Brasil são os trabalhos de Ribeiro e Lago (2001) e de Cardoso, Elias e Pero (2008), ambos sobre mercado de trabalho e a renda dos moradores de favelas e não-favelas nas diferentes regiões da cidade do Rio de Janeiro. Segundo eles, sempre partindo dos mesmos patamares para a comparação – como mesma faixa etária, tempo de estudo, sexo ou ocupação –, moradores de favelas sempre apresentaram piores rendimentos que moradores de não-favelas da sua região. A média da renda dos moradores das favelas da Zona Sul (região que concentra população com alta renda) é, porém, muito próxima à dos moradores de não-favelas das regiões Norte e Oeste da cidade. Essas duas pesquisas são significativas para exemplificar como o território é uma variável que deve ser considerada nos estudos sobre a produção e reprodução das desigualdades. Ambos mostram que morar em favela é, a princípio, um fator depreciativo da renda, mas que também se altera dependendo da região da cidade.

Outros estudos focam os efeitos causados pela homogeneidade de certos territórios, como no caso dos territórios da pobreza que concentram altos índices de evasão escolar, de famílias monoparentais, de delinquência juvenil entre outros. Small e Newman (2001) resgatam vários estudos que seguiram o clássico trabalho de Wilson (1990) e deram enfoque ao isolamento territorial de famílias pobres nas *inner cities* norte-americanas. Para Wilson (1990), os prejuízos causados pela concentração dessas famílias em um território são maiores do que se elas estivessem em uma área mista e heterogênea. O que se observa nas áreas homogêneas é a reprodução da exclusão social que, por sua vez, impossibilita o acesso de seus moradores a melhores recursos e oportunidades.

Kaztman e Filgueira (2006) entendem que a homogeneidade dificulta a acumulação de capital social, devido ao fato de sua rede ser formada por pares, ou seja, por indivíduos em situação e com capital social equivalentes aos seus. Dessa maneira, há um relativo consenso entre os analistas sobre os efeitos negativos causados pela homogeneidade social em um determinado território, ao contrário dos efeitos causados pela heterogeneidade, uma vez que há mais divergências em torno destes, parte dela relacionada às dificuldades de aferir tais efeitos.

Small e Newman (2001) identificaram, em uma série de estudos norte-americanos, mecanismos de reprodução desses efeitos, que se dividem basicamente em dois tipos mais significativos: os cotidianos e os instrumentais. O primeiro tipo pode ser identificado por meio das relações e das redes sociais de socialização e focam as consequências de tais efeitos, principalmente sobre as crianças e os adolescentes. De modo geral, eles decorrem da reprodução de comportamentos ou, até mesmo, da sua oposição e negação. Tomando a teoria de Kaztman e Filgueira (2006) como exemplo e seu estudo sobre bairros de Montevideu, nos territórios onde prevalece uma estrutura social homogeneamente pobre, crianças e adolescentes são socializados em meio a escassos exemplos de êxito social. Já a construção de laços sociais heterogêneos, exteriores àquele grupo, apresenta a esses jovens novos modelos, possibilitando-lhes um contato com indivíduos com capital social distinto e outros parâmetros de êxito e ascensão social.

Dos sete mecanismos delimitados, o primeiro deles retrata essa ideia mais geral, em que certos tipos de comportamentos ou de exemplos tornam-se naturais ou acessíveis. Esse modelo é chamado de *epidemic model*. O modelo *collective socialization* parte dessa socialização, que se reflete de outra forma, nas quais as crianças não conseguem enxergar a si próprias como exitosas.

O *institutional model* propõe como um dos causadores da reprodução daquela situação certos agentes exteriores à comunidade, como professores e policiais que tratam aquela população de maneira a inferiorizá-los. O *linguistic isolation model* credita às diferenças linguísticas a diferença no acesso a certos conteúdos. Esse modelo foi elaborado

a partir de estudos sobre crianças afro-americanas que, ao ingressarem em escolas americanas, têm dificuldades devido às diferenças linguísticas.

Os modelos denominados *cultural conflict* e *relative deprivation* atribuem à proximidade espacial entre classes sociais distintas o desencadeamento de comportamentos opostos entre elas. No primeiro caso, esse convívio desenvolveria nas classes menos abastadas um comportamento contrário ao da outra classe. O segundo modelo, por sua vez, destaca como essa proximidade e as situações antagônicas desses grupos podem influenciar a adesão de certos indivíduos a comportamentos desviantes. O fator espacial é nele destacado, pois, em um espaço homogêneo, a privação material dos indivíduos seria relativizada e eles se conformariam mais facilmente a essa situação; enquanto, nesse cenário de proximidade, a privação material de um dos grupos tem maior impacto no dia a dia em função do contraste com o outro grupo mais abastado.

Os estudos sobre o segundo tipo de mecanismos, os instrumentais, identificam como as redes formadas naqueles territórios limitam as ações individuais dos atores nela inseridos. Desses mecanismos, o *networks isolation model* diz respeito aos efeitos que afetam os indivíduos que estão inseridos em áreas homogêneas e ainda, porventura, desempregados. Essa situação se refere assim a, por um lado, contatos homogêneos no âmbito residencial e ao isolamento dos contatos que podem existir no âmbito do trabalho. Assim eles se isolam de redes que possibilitem a obtenção de informações privilegiadas, limitando também o acesso a melhores oportunidades.

Outro mecanismo instrumental, denominado *resource model*, avalia que a privação de boas instituições coletivas, como as escolas, afeta as oportunidades individuais. Assim, indivíduos inseridos em territórios atendidos por serviços de baixa qualidade têm pior inserção, por exemplo, no mercado de trabalho, do que outros onde há instituições com boa qualidade.

O terceiro mecanismo dessa categoria é o *limitation of political alliances model*, em que comunidades segregadas têm maior dificuldade em consolidar alianças políticas, o que se reflete na pouca atração de recursos e intervenções sobre aquele local.

A partir de tais mecanismos, pretendemos fazer uma reflexão sobre as relações dos moradores do Aglomerado da Serra com os moradores dos bairros vizinhos. Essa proximidade física, permeada por desigualdades entre os dois grupos, é um exemplo de situação de proximidade física entre grupos socialmente diferentes, conformando, portanto, um território bastante heterogêneo no qual se detectam relações mútuas de *evitação e dependência* (ALMEIDA e D'ANDREA, 2004).

O cotidiano dos moradores do Aglomerado da Serra é marcado por um conjunto de relações com os bairros vizinhos devido à grande parcela de sua população ali empregada, ao compartilhamento de alguns serviços, ou mesmo, à simples presença de ambos no

espaço da rua. Essas relações apresentam no mínimo dois lados: a oferta de empregos nos bairros, principalmente domésticos, indica uma *estrutura de oportunidades*, que resulta na formação de vínculos que, por mais que não sejam fortes, geram certos efeitos que não devem ser considerados. Esses *laços fracos* (*weak ties*) tal como representados na teoria de Granovetter (1973), são formadas por meio da inserção dos indivíduos em uma rede externa daquela em que eles estão inseridos, como a sua família e a sua vizinhança. Esses laços fracos lhes permitem o acesso a informações e valores diferentes daqueles disponíveis por meio do contato exclusivo com os seus pares.

Tal forma de integração, porém, apresenta também um lado negativo, uma vez que a inserção desses indivíduos se dá em empregos de baixa qualificação nos quais predominam relações de grande subalternidade e poucas possibilidades de mobilidade social ascendente. Seguindo a categorização apresentada por Mendonça (2003), os moradores do Aglomerado estão empregados na sua maioria como prestadores de serviços (tanto especializados, quanto não-especializados), mas também em outras posições menos qualificadas, como trabalhadores manuais da construção civil e do subproletariado. Essa integração subalterna (SOARES, 2003) apresenta um lado perverso, pois, se os aproxima dos valores da classe média por meio da vizinhança e do trabalho, isso ocorre em um contexto de forte subalternidade. Situação diversa, por exemplo, se estivessem compartilhando o mesmo espaço escolar. Nesse caso, ainda que as diferenças pudessem ser geradoras de conflito, a situação de estudantes os colocaria num estado com, pelo menos, um mínimo de igualdade. Já nos empregos domésticos a proximidade física só é suportável à medida que se estabelece uma série de mecanismos de distância social e de naturalização das diferenças (SOARES, 1999).

Retomando os mecanismos apresentados, as relações sem bases igualitárias podem resultar em uma aversão entre esses grupos, próximas ao que alguns modelos relatados acima teorizam, como o *cultural conflict*, *relative deprivation* ou o *institutional model*. Estes mostram como o atrito entre essas duas realidades pode ser danoso. Por meio das relações baseadas no trabalho, pode-se fazer análises distintas: a proximidade e os laços formados entre esses grupos dão acesso a mundos distintos e a um maior contato entre eles. A hierarquia, porém, que as relações de trabalho pressupõem pode aumentar a tensão existente entre eles ou levar a uma situação de conformismo e de naturalização das desigualdades.

Durante a fase de campo da pesquisa, foram realizadas entrevistas em profundidade com 21 moradores já residentes nos prédios construídos pelo Programa Vila Viva e 12 com moradores residentes nos bairros vizinhos ao aglomerado. Em ambos foram levantados dados sobre a natureza dos seus vínculos. O que obtivemos foi a predominância de vínculos

resultantes das relações de trabalho. Trataremos inicialmente da percepção dos moradores do Aglomerado em relação aos seus vizinhos. Tais dados coletados por meio de entrevistas qualitativas não servem como inferência estatística, mas representam qualitativamente a dinâmica de aproximação entre os moradores do Aglomerado da Serra e os moradores dos bairros vizinhos.

Segundo os entrevistados, os seus amigos, ou moram no Aglomerado, ou em outras partes da cidade; o lazer, quando fora de casa, também não tem os bairros vizinhos como os seus lugares preferidos. O Centro, com o Parque Municipal, e a Pampulha, com o zoológico, são os espaços públicos que mais os atraem. Nesses dois casos muito em função das crianças.

Em relação às oportunidades de trabalho, o que as entrevistas revelam são os efeitos positivos da proximidade com bairros de alta e média rendas. A maioria dos chefes de domicílio e quase a metade dos cônjuges estavam empregados. Destes, a maior parte trabalhava em um dos bairros vizinhos, além de considerável proporção nos bairros da regional Centro-Sul. Esses efeitos positivos seriam, segundo a teoria de Kaztman (2001), uma *estrutura de oportunidades*, gerada pela proximidade residencial, de populações de baixa renda com bairros de média e alta rendas. As consequências seriam as maiores oportunidades de trabalho, assim como a possibilidade de acesso a bens e serviços de melhor qualidade.

Como já foi dito, essa *estrutura de oportunidades* convive com a natureza subalterna, de baixo padrão de qualificação e de baixa mobilidade que caracteriza o trabalho doméstico. E, ainda que separados por fronteiras físicas, identificadas pelo padrão de construção das moradias e pelas diferentes formas de urbanização, como são as ruas e os becos, por exemplo, mas também por fronteiras simbólicas que se transformam em categorias mentais tais como favela e bairro, o que se observa é um cotidiano marcado por relações de dependência. No Brasil, os grupos de alta e média rendas dependem fortemente do trabalho doméstico, e a proximidade com a da favela facilita o contato com esses trabalhadores além de diminuir os custos com o seu transporte. Quando eles precisam se deslocar da periferia para o trabalho, utilizando em geral duas conduções para ida e duas para a volta, o custo para o empregador aumenta significativamente. Essa dependência no trabalho convive, contudo, com a evitação em outros contextos sociais (ALMEIDA e D'ANDREA, 2004). Essa última pode ser observada na segmentação dos espaços, sejam eles os institucionais, como a escola, os serviços de saúde e, em menor grau, o transporte público, muito mais utilizado pelos moradores do Aglomerado, mas também nos espaços mais informais como os locais de lazer. Apesar de Belo Horizonte ser conhecida como a cidade dos bares e dos botecos, o que se observa nas fronteiras desses bairros é uma clara divisão entre os lugares frequentados pelos moradores dos bairros e os lugares frequentados pelos moradores da

favela. Estes se limitam quase que exclusivamente aos bares do interior da favela, no máximo aqueles situados na fronteira e que, por isso mesmo, têm um *status* indefinido quanto à sua localização.

Além das relações de trabalho, a proximidade entre a favela e bairro propicia o acesso a melhores serviços, como hospitais, maior oferta de transporte público, comércio variado, ainda que nem todo ele acessível aos moradores do Aglomerado. As próprias escolas se beneficiam dessa proximidade com a área central, uma vez que os professores com melhor formação e residentes nas áreas centrais, preferem escolas próximas ao seu local de moradia. O mesmo pode ser dito em relação à preferência das ONGs e às ações de filantropia. Ou seja, a centralidade é um fator que atrai e facilita a entrada desses serviços nas favelas.

Como contraponto a esses dados qualitativos, utilizaremos agora informações dos censos de 1991 e 2000 sobre quatro aglomerados de favelas em Belo Horizonte, incluindo o da Serra, como forma de obtermos dados comparativos sobre os possíveis efeitos da proximidade com os bairros de média e alta rendas. Nas tabelas a seguir, o três primeiros aglomerados – Serra, Santa Lúcia e Morro das Pedras – têm vizinhança com grupos de alta e média rendas. Já a Pedreira, com grupos de renda media baixa. Por fim, os dados de Belo Horizonte, como um contraponto às informações das favelas.

Tabela 1 -

Proporção de responsáveis pelo domicílio com até três anos de estudo, em relação ao total de domicílios, por Unidade de Planejamento<sup>vii</sup> (UP) – Belo Horizonte, 1991 e 2000

<b>Unidade de Planejamento</b>	<b>1991 (em %)</b>	<b>2000 (em %)</b>	<b>VARIAÇÃO PERCENTUAL</b>
Aglomerado da Serra	56,91	42,19	-25,9
Barragem Santa Lúcia	54,73	47,19	-13,8
Morro das Pedras	54,96	39,69	-27,9
Pedreira Prado Lopes	41,98	33,35	-20,6
Belo Horizonte	21,64	15,89	-26,5

Fonte - CALDAS; MENDONÇA; CARMO, 2008. Tabela adaptada.

Os dados da tabela 1 mostram a proporção de chefes de domicílios com até três anos de escolaridade (o que corresponde ao denominado analfabetismo funcional). Pode-se observar, primeiramente, uma proximidade entre as áreas em questão, mas uma distância considerável em relação à média do Município. Ao compararmos os valores percentuais entre os aglomerados da Serra, da Barragem Santa Lúcia e do Morro das Pedras, o que se percebe é que eles são muito próximos, principalmente no ano de 1991. Mas o melhor índice, ou seja, o menor percentual de analfabetos funcionais, encontra-se na Pedreira Prado Lopes. A posição desta última UP chama a atenção por estar localizada em uma área

tipicamente ocupada por grupos com rendimentos entre médios e baixos, diferente das outras UPs, cujo contexto espacial é de maior heterogeneidade social.

Tabela 2

Proporção de responsáveis pelo domicílio, em relação ao total de domicílios, com até meio salário mínimo por Unidade de Planejamento (UP) – Belo Horizonte, 1991 e 2000

<b>Unidade de Planejamento</b>	<b>1991 (em %)</b>	<b>2000 (em %)</b>	<b>VARIAÇÃO PERCENTUAL</b>
Aglomerado da Serra	22,04	12,94	-41,3
Barragem Santa Lúcia	19,03	16,67	-12,4
Morro das Pedras	18,28	12,92	-29,3
Pedreira Prado Lopes	13,24	13,37	1,0
Belo Horizonte	8,82	7,34	-16,7

Fonte - CALDAS; MENDONÇA; CARMO, 2008. Tabela adaptada.

A tabela 2 apresenta dados sobre a proporção de chefes de domicílios com até meio salário mínimo, ou seja, com renda extremamente baixa. Mais uma vez a situação dos aglomerados é bem pior do que a de Belo Horizonte. E o aglomerado da Pedreira, em 1991, apresentava a melhor situação entre todos os outros aglomerados. No entanto, o que mais chama a atenção é a estagnação dessa favela quando comparada com o desempenho das outras. Um dado que não teremos condições de contemplar aqui, mas que em outros trabalhos mereceria atenção é o possível efeito do tráfico de drogas sobre a mobilidade social. Na última década, a Pedreira Prado Lopes foi a que mais sofreu com o tráfico de drogas, em especial, o crack.

Esses dados não são suficientes para verificarmos o efeito-território, mas são os dados de que dispomos. Considerando que os três primeiros conjuntos de favelas se localizam num território no qual a vizinhança é detentora de rendas mais altas quando comparados à vizinhança da favela Pedreira Prado Lopes, os dados de educação e de renda não são indicativos de um efeito positivo, uma vez que a situação dessa última favela é melhor do que a das outras três. No entanto, o desempenho da década mostra uma melhora no indicador de renda muito mais expressiva nas outras favelas.

A análise para a verificação de um efeito-território se mostra complexa, como em outros estudos em que foram utilizados dados secundários como os de Ribeiro e Lago (2001) e de Cardoso, Elias e Pero (2008). Estes estudos compararam o mercado de trabalho e a renda dos moradores de áreas favelizadas e não-favelizadas no Rio de Janeiro, mas, mesmo assim, ou seja, com dados mais trabalhados do que os que foram aqui apresentados, os autores exprimem a dificuldade metodológica para atingir o objetivo desejado. Ambos os estudos mostram que a população favelada dispõe de rendas inferiores e ocupa cargos mais subalternos que os moradores não-favelados, mesmo que estes

tenham os mesmos idade, gênero, escolaridade entre outros atributos. Tais diferenças podem variar ainda entre as regiões das cidades, o que nos leva a pensar no controle de outras variáveis e na compreensão de outros efeitos territoriais ainda não contemplados. Nos dois trabalhos, seus autores apresentam ressalvas com a relação aos resultados obtidos. Para eles, as análises dos dados secundários podem indicar caminhos para futuras pesquisas, mas há que se tomar cuidado em relação ao estabelecimento de relações causais e generalizantes (RIBEIRO e LAGO, 2001; CARDOSO; ELIAS e PERO, 2008).

De qualquer maneira, os dados apresentados apontam uma melhora nas condições socioeconômicas no Aglomerado da Serra durante o período analisado, assim como os índices apresentados pelo Morro das Pedras. As duas UPs têm vizinhanças com características socioeconômicas parecidas. A segunda faz limite com bairros como Gutierrez, Grajaú e Luxemburgo, o que, assim como na Serra, pode indicar, a princípio, uma *estrutura de oportunidades*. Entretanto, a UP Barragem Santa Lúcia, que apresentou os piores índices nos dois quesitos, também tem vizinhança parecida com as outras duas, com bairros como Belvedere, Sion e São Bento. A Pedreira Prado Lopes, única entre as quatro favelas que conta com um entorno predominantemente de menor renda, apresentou dados díspares, como o melhor índice educacional entre os chefes de domicílios, mas uma estagnação dos dados relativos à renda dos mesmos, enquanto todos os outros melhoraram.

Segundo Cardoso, Elias e Pero (2008), há uma disparidade entre os dados entre bairros e favelas, mesmo que seus moradores tenham escolaridades semelhantes, o que parece indicar que os investimentos em educação, por parte dos moradores, são mais recompensados para não-favelados, do que para favelados. Para Belo Horizonte nós não dispomos desse mesmo tipo de informação, mas, quando comparadas à média municipal, as favelas apresentam números bem inferiores, assim como quando comparadas às suas regiões. Mas há que se atentar também para as diferenças significativas entre as favelas. Compreender essas diferenças internas pode ser um outro caminho para uma melhor aproximação de um possível efeito-território.

### **Favela: exclusão e dependência**

Como é de conhecimento geral pela literatura já produzida, as favelas surgem nos fins do século XIX, em pelo menos duas cidades brasileiras: Rio de Janeiro (VALLADARES, 2005) e em Belo Horizonte (GUIMARÃES, 1991). Apesar de toda a relação feita entre esses territórios e a falta de planejamento urbano, paradoxalmente, essas duas cidades passavam, nesse período, por uma intensa intervenção urbana. O curioso é que o efeito não esperado dessas intervenções tenha sido, nos dois contextos, o surgimento das favelas. No

Rio de Janeiro, as reformas de Pereira Passos forçaram os pobres, expulsos do Centro, a ocuparem os morros da cidade. A Belo Horizonte planejada preocupou-se apenas com o *staff* burocrático e com aqueles que tinham renda suficiente para a aquisição de propriedades na nova capital. Aos outros restou a ocupação das áreas menos valorizadas, dando origem às primeiras favelas antes mesmo da inauguração da nova capital. Ou seja, tanto a cidade reformada quanto a cidade planejada não contemplaram a população sem posses para a aquisição de moradia que, no entanto, habitava nessas duas cidades e nelas trabalhava. O que se observa nesses dois contextos é que uma parcela da população foi colocada à margem da cidade. E, decorrido mais de um século, a favela ainda é vista como uma antítese da cidade. Por outro lado, sua permanência mostra a dependência entre o que se convencionou chamar de cidade formal e a favela.<sup>viii</sup> Essa dependência se expressa principalmente nas relações de trabalho. Fora desse contexto, as interações mistas são evitadas. Portanto, se a proximidade física favorece o trabalho, a distância social não facilita as interações sob outras bases.

No roteiro de entrevistas com os vizinhos do aglomerado indagamos, logo no início: “— Você conhece alguém que mora no Aglomerado?” Na maioria dos casos as repostas foram negativas. No decorrer da entrevista, porém, esses moradores contavam sobre as suas relações com moradores do Aglomerado, que são porteiros em seus prédios, empregadas domésticas, ou outro tipo de relação baseada na prestação de serviço.

Na relação cotidiana entre os moradores do Aglomerado da Serra e dos bairros do entorno, o que se percebe é o uso frequente de diversas estratégias de diferenciação, cuja principal função é evitar o contato e as interações face-a-face. Para isso, ambos os grupos fazem marcações e diferenciações em relação às vestimentas, hábitos cotidianos, como pegar ônibus ou andar de carro, estudar em escolas públicas ou privadas, frequentar certos locais, como os bares mais próximos ao Aglomerado, além da cor da pele. Como citado por uma jovem, moradora do bairro Serra, quando indagada sobre o contato com moradores do Aglomerado: “— Tem uma escola estadual, pública aqui perto. Eu não sei direito onde que é, mas eles sempre estão usando o uniforme de lá e tal, e eles estão vindo... Eles fazem o caminho que é vindo de onde estaria o Aglomerado, então, tudo nos indica que eles são do Aglomerado”. (Moradora do bairro Serra, 16 anos).

Estudos como os de Goffman (1988, p. 11) destacam como os ambientes e os grupos que os frequentam constroem expectativas sobre como e com quem devem se relacionar. Segundo ele, “[...] os ambientes sociais estabelecem as categorias de pessoas que têm probabilidade de serem neles encontradas” Nos espaços marcados pela homogeneidade social, essas expectativas são, em geral, cumpridas, o que diminui a tensão nas relações cotidianas. Nos espaços marcados por grande heterogeneidade, como o que estamos aqui analisando, a proximidade física dos grupos socialmente distantes precisa ser

acompanhada de dispositivos de diferenciação e, portanto, de distanciamento social. A identificação das pessoas pelos hábitos e aparência e a segmentação dos serviços e dos usos dos espaços públicos são estratégias de identificação e de distanciamento necessárias para que o *status* social dos grupos não seja objeto de dúvida. Contudo, em se tratando de grupos com altos diferenciais econômicos e, em consequência, de poder, os mais ricos têm maior capacidade de impor restrições e/ou constrangimentos aos comportamentos dos mais pobres. Ou seja, a atribuição do estigma é ao mesmo tempo um exercício de poder e de distinção social. Ao estigmatizar (e diferenciar) um grupo, o outro reafirma a sua situação de normalidade e, portanto, de distinção social.

A apropriação dos espaços públicos pelos moradores de aglomerados e pelos moradores dos bairros do entorno se dá de forma semelhante à que foi percebida por Ribeiro (2008) entre os moradores da Cruzada de São Sebastião e o bairro Leblon no Rio de Janeiro, na qual os estigmas atribuídos aos mais pobres, aos moradores da Cruzada, os impedem de se apropriarem dos espaços públicos da mesma maneira que os outros moradores, causando o que o autor chamou de “[...] efeito gueto, [no qual] a degradação simbólica do lugar [...], concentrando uma população homogeneamente pobre, [...] degrada todos os seus habitantes, privando-os de todos os recursos necessários para participar dos diferentes jogos sociais” (RIBEIRO, 2008, p. 18).

O que identificamos nas entrevistas com os moradores de aglomerados é que, para eles, os bairros vizinhos são ou o local de trabalho, ou uma zona de transição utilizada como passagem para outras partes da cidade. Com raras exceções, os espaços de convivência dos bairros vizinhos aos aglomerados são inacessíveis aos favelados, ainda que favelas brasileiras não se assemelhem aos guetos norte-americanos. Entretanto, essa proximidade física acompanhada de distância social acaba por favorecer a constituição de redes de relacionamento muito curtas, compostas, na maioria das vezes, por familiares ou moradores dos próprios aglomerados. Essa relação distante e tensa<sup>ix</sup> com a vizinhança é uma das possíveis explicações para a busca de uma interação mais confinada aos espaços da moradia e, portanto entre iguais. Quando saem dos aglomerados, os lugares que mais frequentam são o parque municipal e o zoológico, ambos espaços públicos marcados por uma maior anonimidade e heterogeneidade de público.

Além disso, observa-se nos bairros, principalmente na Serra, a predominância de espaços para o consumo e o lazer da classe média, o que afasta ainda mais os moradores do Aglomerado. Portanto, seja em espaços públicos ou semipúblicos (como as lojas), os bairros não apresentam situações confortáveis, nem atraentes para os moradores do Aglomerado da Serra. Dessa forma, corrobora-se a ideia de que os espaços públicos atuais não deixam de ser espaços de trocas e convivência, mas tornam-se segmentados, evitando o contato com o diferente (ANDRADE; JAYME; ALMEIDA, 2009).

A segmentação dos espaços e dos serviços públicos e a segregação<sup>x</sup> entre os grupos que compõem aquela região comprometem os possíveis efeitos positivos de tais territorialidades heterogêneas, como advogou Kaztman (2001). Segundo ele, a proximidade territorial e a utilização dos mesmos serviços resultam em certa interação entre os diferentes grupos, difundindo valores e oportunidades, categorizados por ele como um positivo *efecto vicindário*. Por meio de estudos em comunidades pobres próximas a populações de alta renda, Kaztman (2001) identificou que, para as primeiras, o *efecto vicindário* era positivo, sendo que, entre os dois grupos, existem várias trocas em espaços, instituições e situações que pressupõem alguma igualdade. Segundo Andrade e Mendonça (2010, p.185), “[...] os lugares ideais do encontro e das trocas entre esses grupos seriam os espaços e as instituições públicas (a mais fundamental a escola, mas também os transportes e os serviços de saúde entre outros)”. No caso do Aglomerado da Serra, essas instituições são fortemente segmentadas e a sua *coutilização* quase nulas, sendo a escola, o transporte e os postos de saúde públicos muito mais utilizados pela população de baixa do que de alta renda, que optam pelos serviços privados.

### **Considerações finais**

Conforme citado algumas vezes neste *paper*, há uma série de dificuldades metodológicas para a verificação do efeito-território. O que pretendemos elucidar aqui foram não só essas dificuldades, como também as possibilidades com relação ao estudo do efeito-território, por meio de um caso específico na cidade de Belo Horizonte. Objetivamos também apresentar algumas outras variáveis que podem interferir nesses efeitos como, por exemplo, o estigma dos moradores de favelas e a relação entre *diferentes* em um espaço tão próximo. Como observado em nosso trabalho de campo, assim como em outros estudos de outros espaços (KAZTMAN, 2001; ANDRADE e MENDONÇA, 2007; RIBEIRO, 2008), a proximidade proporciona aos moradores de aglomerados um *estrutura de oportunidades*, com efeitos econômicos, a princípio, positivos. A proximidade, porém, causa também a intensificação de tensões pelo contato entre grupos socialmente distantes, tendo, de um lado, uma população historicamente estigmatizada e privada de bens materiais e, por outro, uma população detentora desses bens materiais, que busca atualmente segurança e convivência entre seus pares. Sobre a distância social entre as classes superiores e inferiores no Brasil, Velho (2003, p. 110) considera que mesmo que não se possa tomar como metáfora a redoma de vidro, muitas vezes utilizadas em sociedades guetificadas, os mecanismos socioculturais de hierarquização e de distanciamento geram “[...] uma capa ou um invólucro protetor de insensibilização” sobre as disparidades entre os grupos, ou, dito de outra forma, consolida uma tolerância em relação às desigualdades.

Como aspecto positivo e muitas vezes citado, a *estrutura de oportunidades* proporcionada é o fenômeno mais visível, que desencadeia a formação de uma rede de laços fracos (*weak ties*), que pode ser um diferencial do Aglomerado da Serra e de outros enclaves, para outras favelas ou bairros pobres distantes e homogêneos. Contudo, intensifica-se também a tensão existente no contato entre *estigmatizados* e *normais*, que estão cotidianamente próximos. A estigmatização interfere inclusive na *estrutura de oportunidades*, pois morar em um lugar estigmatizado estigmatiza todos os seus moradores. Esses efeitos foram relatados nas entrevistas não só no contexto das interações cotidianas, mas principalmente os efeitos perversos na hora de se candidatar a um emprego.

O programa Vila Viva se insere nesse espaço marcado pela tensão – no sentido cunhado por Goffman (1988) – e pela distância social entre os grupos vizinhos e também pelos laços, mesmo que fracos, entre eles. Quando abordamos as questões referentes aos impactos do Vila Viva, relacionadas aos estigmas da favela, o que ainda observamos é o esforço de *desidentificação*<sup>xi</sup> (GOFFMAN, 1988) do estigma de morador de favela e, principalmente, da relação com o crime. Para isso, a mudança no endereço de beco para rua e de barraco para apartamento, tem facilitado um reconhecimento mais positivo em algumas relações, em especial, as comerciais. Como citado por um entrevistado, as obras facilitaram as entregas em domicílio. Já a abertura da Avenida do Cardoso, uma das obras do Vila Viva, ligando a zona Leste da capital, com a zona Sul, facilitou o fluxo de carros no Aglomerado, o que causa em seus moradores a percepção de que pessoas *de fora* já não sentem tanto medo de passar por lá, como foi citado em algumas entrevistas.

Sendo assim, as transformações ocorridas no Aglomerado causam grandes expectativas em seus moradores, ainda que seja prematura a avaliação de seus efeitos. Nossa hipótese é que, mesmo que sanados (em parte) os problemas urbanísticos do Aglomerado, outras questões, como o estigma e a segmentação das instituições, devem permanecer uma vez que a integração subalterna dos moradores desse espaço na vida da cidade (seja no campo econômico, ou no campo sociocultural) permanecem.

## REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Ronaldo de e D'ANDREA, Tiaraju. Pobreza e redes sociais em uma favela paulistana. *Novos Estudos*, São Paulo, n. 68, p. 94-106, março 2004.
- ALVITO, Marcos e ZALUAR, Alba (orgs). *Um Século de Favela*. Rio de Janeiro: FGV, 2003.
- ANDRADE, L. T. e MENDONÇA, J. G. Explorando as consequências da segregação metropolitana em dois contextos socioespaciais. *Cadernos Metrôpole*, São Paulo, v.. 12, n. 23, p. 169-80, jan./jun. 2010.
- ANDRADE, Luciana Teixeira de; MENDONÇA, Jupira Gomes de. Estudo de bairros: construindo uma metodologia qualitativa com suporte quantitativo. In: *XXXI ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS*. 2007, Caxambú. Anais... Caxambú: ANPOCS, 2007.
- ANDRADE, Luciana T.de; JAYME, Juliana G. e ALMEIDA, Rachel de C. Espaços públicos: novas sociabilidades, novos controles. *Cadernos Metrôpole*, São Paulo, v.21, 131-53, 1º/ 2009.
- BAUMAN, Zygmunt. *Comunidade - A busca por segurança no mundo atual*. Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 2003.
- BIDOU-ZACHARIASEN, C. Classes populaires et classes moyennes en centre rénové". In: HAUMONT, N. (Org.). *La ville: agrégation et ségrégation sociales*. Paris: L'Harmatan, 1996.
- BOURDIEU, Pierre. Efeitos de lugar. IN: \_\_\_\_\_ (Org.) *A miséria do mundo*. Petrópolis: Vozes, 2008.
- BURGOS, Marcelo Baumann. Favela: uma forma de luta pelo acesso à cidade. In: *Colóquio aspectos humanos da favela carioca: ontem e hoje*, IFCS/UFRJ, de 19 a 21 de maio de 2010.
- CALDAS, M. F.; MENDONÇA, J. G. e CARMO, L. N. (Orgs.). *Estudos urbanos*. Prefeitura de Belo Horizonte, 2008.
- CARDOSO, Adauto Lúcio. Irregularidade urbanística: questionando algumas hipóteses. *Cadernos Metrôpole*, São Paulo, v.10, n. p. 9-25, 1º/ 2007.
- CARDOSO, Adalberto M.; ELIAS, Peter; PERO, Valéria. Segregação espacial e discriminação no mercado de trabalho: o caso das favelas do Rio de Janeiro. In: CARDOSO, A. M. *et al.* (Orgs) *Mercados de trabalho e oportunidades*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2008.
- ELLEN, I.G.; TURNER, M.A. Does neighborhood matter? Assessing Recent Evidence. In: *Housing Policy Debate*. V. 8, Issue 4, 1997.
- FJP – FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. *Gestão do espaço metropolitano: homogeneidade e desigualdade na RMBH*. 2 v. Belo Horizonte: FJP, 2007.
- GOFFMAN, Erving. *Estigma - notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. Rio de Janeiro, Zahar, 1988.
- GRANOVETTER, M. (1973). *The strength of weak ties*. In: *American journal of sociology*, Vol. 91, N°3.
- GUIMARÃES, Berenice Martins. *Cafuas, barracos e barracões: Belo Horizonte, cidade planejada*.1991, 323 f. Tese (Doutorado em Ciências Humanas: Sociologia) - IUPERJ, Rio de Janeiro.
- KAZTMAN, Rubén. Seducidos y abandonados: el aislamiento social de los pobres urbanos. *Revista de La Cepal*, Santiago, v. 75, p. 171 - 189, diciembre, 2001.
- KAZTMAN, Ruben; FILGUEIRA, Fernando. Las normas como bien público y como bien privado: reflexiones en las fronteras del enfoque AVEO", Montevideo, Universidad Católica del Uruguay, Serie Documentos de Trabajo del IPES / Colección Aportes Conceptuales, n. 4, 2006.
- MENDONÇA, Jupira Gomes de; GODINHO, Maria Helena de Lacerda (Orgs). *População espaço e gestão na metrópole – novas configurações, velhas desigualdades*. Belo Horizonte: Editora PUC Minas/PRONEX CNPq, 2003.
- PICCOLO, Fernanda Delvallas. (2006). A gramática nativa: reflexões sobre as categorias morro, rua, comunidade e favela. In; FRUGOLI Jr., H.; ANDRADE, L. T.; PEIXOTO, F. A (Orgs), *As cidades e seus agentes: praticas e representações*. Belo Horizonte/São Paulo: PUC Minas e Edusp: p. 330-52.

RIBEIRO, Luiz César de Queiróz. Proximidade territorial e distância social: reflexões sobre o efeito de lugar a partir de um enclave urbano". *Revista VeraCidade*, Salvador, v. 3, n. 3, p. 1-21, maio 2008.

ROSA, Thaís Troncon.) Favelas, periferias: uma reflexão sobre conceitos e dicotomias. In: *XXXIII CONGRESSO DA ANPOCS*. Caxambu/MG. 2009. Anais... Caxambu: ANPOCS, 2009.

SANT'ANNA, Maria Josefina Gabriel. O papel do território na configuração das oportunidades educativas: efeito escola e efeito vizinhança. In: CARNEIRO, S. de S.; SANT'ANNA, M. J. G.(Orgs) *Cidade: olhares e trajetórias*. Rio de Janeiro: Garamond, 2009, p.167-192.

RIBEIRO, Luiz César de Queiroz; LAGO, Luciana Corrêa do. A oposição favela-bairro no espaço social do Rio de Janeiro. *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, v.15 , n.1 , p. 144-154, jan. 2001.

SIMMEL, George. As grandes cidades e a vida do espírito. *Mana*, Rio de Janeiro, v. 11, n.2., out. 2005.

SMALL ML, NEWMAN K. Urban poverty after *The Truly Disadvantaged*: the rediscovery of the family, the neighborhood, and culture. *Annual Rev. Sociology*, Vol. 27: 23-45, august 2001.

SOARES, Luiz Eduardo. A duplicidade da cultura brasileira. In: SOUZA, J. de. (Org.), *O malandro e o protestante*. Brasília: UNB, 1999.

SOARES, Luiz E. Novas políticas de segurança pública. *Estudos avançados*, São Paulo, v. 17, n. 47: p. 75-96, abril 2003.

URBEL – COMPANHIA URBANIZADORA DE BELO HORIZONTE. (2000) *PGE – Plano Global Específico – Aglomerado da Serra*. Prefeitura de Belo Horizonte.

VALLADARES, Lícia do Prado. *A invenção da favela – Do mito de origem à favela.com*. – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

VELHO, Gilberto. O grupo e seus limites. In: \_\_\_\_\_. *Projeto e metamorfose*. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

WILSON, William J. *The truly disadvantaged: the inner city, the underclass, and public policy*. Chicago: University of Chicago Press, 1990.

---

<sup>i</sup> Estes números são de difícil delimitação, não só em Belo Horizonte, como em todo o País. Outras fontes, por exemplo, contabilizam números próximos a 500.000 moradores de favelas em Belo Horizonte, acrescentando também os moradores de conjuntos habitacionais precários.

<sup>ii</sup> Em Belo Horizonte, as favelas são denominadas vilas pela Prefeitura Municipal e os conjuntos destas, aglomerados. O Aglomerado da Serra é composto pelas vilas Santana do Cafezal, Marçola, Nossa Senhora da Aparecida, Nossa Senhora da Conceição, Nossa Senhora de Fátima, Novo São Lucas e Fazendinha, sendo que esta última teve o processo de regularização fundiária concluído antes do início das intervenções do Vila Viva.

<sup>iii</sup> Segundo exemplo utilizado por um estudo da Fundação João Pinheiro (2007), se se dividisse a área total do Aglomerado em lotes de 120 metros quadrados (padrão mínimo para ocupação domiciliar), com logradouros adequadamente urbanizados, seria permitida a ocupação de apenas 8.487 domicílios, onde existiam, até então, 9.259.

<sup>iv</sup> O PGE – Plano Global Específico – é um estudo detalhado das deficiências físicas, demandas socio-econômicas e organizativas das populações em favelas da cidade, feito pela Companhia Urbanizadora de Belo Horizonte (Urbel) e antecede obras da Prefeitura nesses locais.

<sup>v</sup> Seguimos a tipologia identificada por Cardoso (2007) de acordo com as obras de intervenção em favelas no Brasil ao longo dos anos. Segundo o autor são três tipos de intervenção: urbanização, reurbanização e remoção. As obras de urbanização se referem a intervenções que não alteram a estrutura do assentamento, sendo responsável apenas pela implantação de equipamentos de infraestrutura e pavimentação. As obras de reurbanização dizem respeito a intervenções em que, devido à inadequação do sítio, há o reparcelamento do solo e o reassentamento de moradores na mesma área. E, por último, as remoções implicam a retirada de uma população para outra área da cidade.

<sup>vi</sup> Para garantir que os moradores não vendam os apartamentos, pelo menos por algum tempo, e voltem a se inserir em outras favelas ou no próprio Aglomerado, a Prefeitura estabeleceu o prazo de dois anos para a entrega dos documentos referentes à posse dos imóveis.

<sup>vii</sup> Unidades de Planejamento. Esse corte é utilizado em Caldas, Mendonça e Carmo (2008). A metodologia se encontra explicada em: <<http://www.cedeplar.ufmg.br/pesquisas/pbh/arquivos/mod7parte1.pdf>>

---

<sup>viii</sup> Burgos (2010) cita que, desde as décadas de 1910 e 20, essa categoria está sendo formulada, visando um substantivo para aquele modo de habitação. Desde esse período, a categoria funciona como uma antítese da cidade, o seu lado negativo. Ou seja, enquanto no período as favelas são ocupadas por ex-escravos e seus descendentes, hoje abrigam os excluídos e toda a imagem construída em torno do tráfico de drogas e o crime organizado.

<sup>ix</sup> Segundo Goffman (1988), o contato entre *estigmatizados* e *normais* gera tensões, devido aos primeiros contrariarem as expectativas dos outros.

<sup>x</sup> Para Kaztman (2001), *diferenciação* (diferenciación) é a existência de diferenças de atributos entre um ou outro grupo; *segmentação* (segmentación) é a existência de barreiras (sociais) entre os grupos; enquanto *segregação* (segregación) agrega aos conceitos anteriores a vontade dos membros de elevar tais barreiras entre os grupos.

<sup>xi</sup> Os desidentificadores são símbolos de que o *estigmatizado* lança mão para tentar manipular aquela atribuição negativa, procurando se desvincular dele, visando então *encobrir* o estigma.